



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1 |

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª
(DÉCIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a presente sessão ordinária do dia 18-03-2010, às 15h42min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



| | | | |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 18 / 03 / 2010

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

| DEPUTADO (A) | PRESENTE | AUSENTE | LICEN. |
|--------------------------------|----------|---------|--------|
| AGUINALDO DE JESUS - PRB | X | | |
| ALÍRIO NETO - PPS | | X | |
| AYLTON GOMES - PR | | X | |
| BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | | X | |
| BENEDITO DOMINGOS - PP | X | | |
| BENÍCIO TAVARES - PMDB | | X | |
| CABO PATRÍCIO - PT | X | | |
| CHICO LEITE - PT | | X | |
| CRISTIANO ARAÚJO - PTB | X | | |
| DOUTOR CHARLES - PTB | | X | |
| ELIANA PEDROSA - DEM | X | | |
| ÉRIKA KOKAY - PT | X | | |
| EURIDES BRITO - PMDB | X | | |
| JAQUELINE RORIZ - PMN | | X | |
| MILTON BARBOSA - PSDB | X | | |
| PEDRO DO OVO - PRP | | X | |
| PAULO RORIZ - DEM | | X | |
| PAULO TADEU - PT | X | | |
| RAAD MASSOUH - DEM | | X | |
| RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB | | X | |
| REGUFFE - PDT | X | | |
| ROGÉRIO ULYSSES | | X | |
| RÔNEY NEMER - PMDB | X | | |
| TOTAL | 11 | 12 | |

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 11 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 53, de 24/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 18ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 17ª Sessão Ordinária.

Antes de dar continuidade à sessão ordinária e entrar nos Comunicados de Líderes, eu gostaria de ler o encaminhamento do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal que chegou na tarde de hoje.

É o seguinte o Ofício nº 1088/2010-GP:



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4 |

2-3

3061034712010



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 1048 /2010 – GP

PROC 96 /2010

Brasília - DF 18 de março de 2010.

À Sua Excelência, o Senhor
SIDNEY DA SILVA PATRÍCIO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o inteiro teor do Acórdão nº 2885, publicado no DJe de 18/03/2010, referente ao julgamento da Petição nº 335-69.2010.6.07.000, Ação de Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária, ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em desfavor do Sr. José Roberto Arruda, o qual concluiu pela procedência do pedido para decretar a perda do cargo eletivo, e declarar vago o cargo de governador.

Atenciosamente,


Desembargador JOÃO MARIOSI
Presidente em exercício do TRE-DF



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5 |

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito à Assessoria de Plenário que providencie a publicação do inteiro teor do acórdão que chega a esta Casa para as medidas cabíveis.

Retificando, solicito a publicação de toda a documentação que chegou do TRE, o acórdão com o relatório com a votação, toda a documentação que chegou. Foi lido o ofício, e toda a documentação que acompanha o ofício será publicada em inteiro teor no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente eu queria dizer a todos que no dia de ontem aconteceu um fato e eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para colocar as minhas versões.

Primeiro eu quero dizer que vivemos em um estado policialesco preocupante há 90 dias. Todos nós Parlamentares, e também toda a população do Distrito Federal, vivemos um momento difícil. E nós Parlamentares vivemos mais ainda, porque sofremos na própria carne o que está acontecendo. Nós vivemos num meio em que qualquer conversa mal colocada é interpretada de uma maneira equivocada. E o que precisa ser dito – quem me conhece sabe muito bem quem eu sou – é que eu não sou de levantar a voz para ninguém. Eu procuro ter as minhas posições, mas nós não temos sangue de barata, principalmente agora em que vivemos um momento difícil das nossas vidas, por tudo o que está acontecendo em Brasília. Se me perguntarem se eu errei e se peço desculpa, eu não vou pedir desculpa para as pessoas que estavam aqui no plenário, principalmente para as pessoas que estavam nas galerias, quando eu fiz um gesto obsceno.

Agora, é bom que se diga que na hora que eu fiz a questão de ordem a V.Exa., eu fiz com a melhor intenção, e quando virei para retornar a minha cadeira, um rapaz que estava com um negócio no nariz me fez um gesto obsceno. E eu, naquele momento, não poderia ficar calado, porque se eu estivesse junto com ele nós teríamos brigado. Foi um gesto que, eu acho, foi impensado. Não estou pedindo desculpa. Se eu tiver de pedir desculpa, eu peço a vocês, Parlamentares. Errei? Pode ser que eu errei, mas foi um momento em que eu achei que não poderia levar aquele desaforo para casa. Quando eu retornei para sentar, ele me fez um gesto obsceno. E eu vou fazer sempre, Sr. Presidente. Todas as vezes que o meu nome for



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6 |

colocado desta maneira e eu achar que estou consciente daquilo que eu faço, eu o farei.

Há alguns dias eu tive um problema. Eu falei que iria dar um couro (*sic*) em determinado Parlamentar. Mas na verdade não é nada disso, porque esse Parlamentar disse a um órgão de imprensa que eu iria engavetar os processos do Governador Arruda. Mentira! Eu nunca disse isso a alguém, meu Deus! Eu sou incapaz disso! Apesar de ser amigo pessoal do Governador Arruda, eu acho que os problemas que estão acontecendo com ele agora terão que ser resolvidos por ele. Não somos nós que iremos resolvê-los. E eu jamais iria interferir. Quem sou eu? Quem sou eu para querer colocar um problema desses para o Governador Arruda? Mas, se disse isso, eu disse também com boas intenções. Quem sou eu? Eu acho que se esse Deputado partisse para briga, eu iria apanhar, porque eu não dava conta de enfrentá-lo. E ele nos disse isso anteontem.

Agora, eu quero dizer e volto a repetir: com relação ao ato de ontem, se eu infringi a ética, perdoem-me. Mas eu o farei sempre para defender o meu nome, para defender a minha honra e para defender aquilo que eu acho que é correto. Não é somente a mim, é com relação a todos os Parlamentares desta Casa. Porque se falam mal de um e de outro, estão falando de todos nós.

Então, isso tem que ser dito claramente. Eu não me furto. Todas as vezes em que falarem da minha família ou do meu nome ou de algum assunto sobre o qual eu tenha consciência de que estou correto, eu farei sempre. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde aos Parlamentares desta Casa, à imprensa e também aos técnicos. O Deputado Cabo Patrício acaba de ler aqui no plenário o comunicado do Tribunal Regional Eleitoral informando a este Poder que o cargo de Governador do Distrito Federal se encontra vago, devido à cassação do mandato do Governador Arruda pelo Tribunal Regional Eleitoral, que ocorreu essa semana.

Deputado Milton Barbosa, que preside esta sessão, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Alírio Neto, eu entendo que esta Casa tem que se debruçar a respeito desse tema. Ontem, esta Casa aprovou, em primeiro turno, uma mudança da Lei Orgânica, adaptando-a à Constituição Federal, dando um passo importante para acabarmos com essa contradição entre o que diz a Lei Orgânica e o que diz a Constituição. Com isso, esta Casa começa a se preparar para a eleição indireta do Governador do Distrito Federal, que irá administrar esta cidade, Deputado Reguffe, durante um período de crise. Esta Casa precisa se debruçar sobre esse tema.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7 |

Não podemos estabelecer uma luta fratricida aqui dentro do Poder Legislativo por esse espaço no Governo. Entendo também que não podemos eleger nesse momento ninguém que esteja envolvido com todo esse escândalo que levou, inclusive, o Distrito Federal a uma das suas maiores crises.

A regra para essa eleição indireta deverá ser aprovada por esta Casa nos próximos dias; e essa regra, Deputado Benedito Domingos, não pode se chocar com o que diz a lei eleitoral brasileira. Então, é importante que estabeleçamos os critérios de maneira democrática e transparente e que, em seguida, determinemos o nome que representará o Distrito Federal nesses próximos 8 meses. E não será fácil, Deputada Erika Kokay, não será fácil! Primeiro, porque ainda paira sobre nossas cabeças e sobre o Distrito Federal a possibilidade da intervenção federal. Eu e a Deputada Eliana Pedrosa estávamos, hoje, num debate na rádio *CBN*, e esse tema da intervenção federal a toda hora era abordado. Hoje, o jornal *A Folha de S. Paulo*, por meio de um dos seus principais jornalistas, Kennedy Alencar, faz um chamado pela intervenção no Distrito Federal, com o título: Intervenção em Brasília já.

De fato, esse processo que a Câmara começará a discutir será, na minha avaliação, decisivo com relação a essa questão da intervenção. Concordo com o Deputado Raimundo Ribeiro de que não podemos nos sentir chantageados – S.Exa. tem dito muito isso – com relação à intervenção, mas nós temos que ter condições de apontar uma saída para essa crise com a eleição de um novo Governador que possa, nesse período de 7 meses apenas, se não me engano, 8 meses no máximo, criar as condições necessárias para tirar Brasília da crise, construir um governo que assuma a responsabilidade de tirar do Poder Executivo qualquer personagem que esteja envolvido nesse escândalo e, a partir daí, garantir à população o direito a um desenvolvimento sustentável, equilibrado, preparando o Distrito Federal para as eleições que realizaremos no mês de outubro deste ano.

Então, depois dos critérios estabelecidos, nós teremos que discutir o perfil desse novo governador. Qual o perfil que nós queremos desse novo governador? Tem que ser um deputado? Ou pode ser alguém que não seja deputado distrital, que tenha hoje as condições necessárias para tirar o Distrito Federal dessa crise; que crie um governo de coalizão, com um programa mínimo.

Então, esse é um debate que nós temos que travar sem vergonha, sem medo e sem nenhum subterfúgio que possam contaminar essa eleição. Quais seriam os subterfúgios que poderiam contaminar essa eleição? Seria, de repente, começarem a acontecer propostas de barganhas indecorosas: você vota em mim que eu faço isso; você vota em mim que eu te dou uma administração ou uma secretaria. Isso nós não podemos aceitar, Deputado Raimundo Ribeiro. Nós não podemos aceitar!



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8 |

Então, essa é uma eleição que tem que ser feita de maneira limpa, porque se nós contaminarmos esse pleito eleitoral, nós perderemos a única e última chance de tirarmos o Distrito Federal dessa crise.

Não dá agora para discutirmos nomes. Temos que discutir os critérios e depois estabelecermos uma série de elementos que, de maneira democrática e transparente, realmente possam ser fruto de uma construção da maioria ou de consenso do Poder Legislativo, sintonizado com as organizações desta cidade, sejam as organizações dos trabalhadores, sejam as organizações empresarias, sejam as organizações ligadas às igrejas, às associações de moradores. Nós temos que chamar a população para debater esse tema e juntos tirarmos um consenso com relação a esse pleito.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado Milton Barbosa. Agradeço o tempo concedido a mim.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Passo a Presidência à Deputada Eliana Pedrosa, pois vou fazer uso da palavra.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde! Eu ouvi aqui atentamente as palavras do Deputado Paulo Tadeu, a quem agradeço pela consideração que teve ontem à minha pessoa ao falar sobre os cuidados que se deve ter com as famigeradas listas.

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. tem razão quando diz que é preciso – eu entendi assim – não colocar mais combustível para a Procuradoria-Geral da República insistir na intervenção. O que o Ministério Público do Distrito Federal fez na última ação foi exatamente isso. Pegou várias listas, várias nomenclaturas, misturou com pagamento de propina, achou que era, supõe que seja. Fazer isso é uma irresponsabilidade, ao ponto de o Procurador-Geral da República dizer que está tudo acabado aqui, o que equivale a dizer: está pronta a intervenção. Isso não é razoável, não é justo.

Eu concito todos que tiveram seus nomes relacionados... Há colega aqui que teve seu nome relacionado com número e se pela de medo de falar no assunto. Tem que falar, sim, como fez o Deputado Alírio Neto. Uma emissora de televisão noticiou o Deputado Alírio Neto como um dos envolvidos na citação de um Secretário. S.Exa. foi à emissora, pediu a retificação, e até hoje, Deputado Alírio Neto... Porque não interessa explicar nada que seja explicável, busca-se uma confusão.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9 |

A lista a que me refiro existe, como eu disse aqui ontem, é institucional, é legal, produzida pela Casa e, no entanto, uma irresponsabilidade de alguém jogar tudo num balaio só, para exatamente estimular um pedido de intervenção.

Eu vi no jornal *Correio Braziliense* hoje que há um grupo de partidos que está formando uma frente ampla e dizendo, inclusive – eu li isso –, que ninguém daqui da Câmara deve ser candidato. Ou seja, nenhum Deputado deve ser candidato a governador. Que autoridade moral alguns componentes desse grupo, alguém que foi citado até numa fita como eventual beneficiário de um esquema qualquer, têm para falar sobre isso? Se se chegar à conclusão de que nenhum Deputado Distrital deve ser candidato, tem que ser feita pela Casa e não vir de fora.

Eu disse aqui ontem e lanço a ideia – tinha falado com a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Eurides Brito – de que nós devemos pensar seriamente num movimento suprapartidário de Brasília, sem exclusão de ninguém. Esse grupo de partidos está excluindo outros partidos. Tem que se pensar em Brasília para os próximos 4 anos. Por que não? Eu estou aqui em Brasília há quase 50 anos, nunca vi uma crise como essa. Nós devemos, sem os partidos olharem para o umbigo, pensar nisto: buscar um nome que consiga congrega toda a vontade política do povo de Brasília e refundar Brasília politicamente.

Não é só olhar hoje a crise, olhar por 7 meses. Nós temos que olhar lá para frente. A eleição está chegando, e temos que pensar nisso. Não é dado a ninguém deixar de pensar nisso. Vamos pensar em Brasília, sim. “Ah, mas o poder!” E daí? Que o poder vá para uma pessoa que represente a maioria do povo de Brasília e que tenha condições, em agregando todos, de levar a bom termo a administração de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Milton Barbosa, quero dizer que concordo com V.Exa. Acho que não podemos criar impedimento para que qualquer deputado distrital seja candidato à eleição, mas defenderei que não seja candidato.

Acho que nós temos, aqui na Câmara, os Parlamentares que devem permanecer nesta Casa trabalhando, mas o que não podemos é criar um óbice legal, porque aí, sim, nós estaríamos cometendo, também, uma ilegalidade. Acho que passa muito mais por um processo de convencimento do que por um processo de imposição. Mas compartilho da mesma tese de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10 |

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há uma polêmica nacional, neste momento, estabelecendo-se sobre o País, com a questão dos *royalties* e a questão do pré-sal.

Dado momento me fez pensar em fazer uma analogia entre aquilo que acontece no nosso País com relação ao futuro da exploração do pré-sal e a crise que nós vivemos com relação à história do Distrito Federal. É óbvio que uma nação não pode ser constituída única e exclusivamente de uma unidade. É óbvio que nós sabemos que as grandes capitais e os estados mais desenvolvidos têm atraído a população rural. O Brasil, que era um país estritamente rural, hoje é uma sociedade constituída nas metrópoles. E todos nós sempre alegamos que a violência parte exatamente dessa concentração populacional. É óbvio que, quando se concentra renda, atrai-se também o adensamento populacional.

Eu não estou a fazer essa discussão, a analisar, se Brasília não existisse, onde nós estaríamos. Provavelmente, a maioria dessas pessoas aqui estaria no litoral, morando em uma cidade próxima ao litoral brasileiro. Historicamente, é natural que haja disputa em um país tão grande, em uma nação tão grande como o Brasil, por interesse, seja ele político ou comercial. Isso é extremamente natural. O que não podemos aceitar é, muitas vezes, que as coisas sejam camufladas. As coisas têm que ser claras, a discussão tem que ser clara.

Efetivamente, no momento em que se concentra renda, atrai-se a densidade populacional. Não tenha dúvida. Acho que se deve dividir aquilo que é arrecadado por toda a Nação. Não tenho dúvida. Não estou dizendo que os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo não mereçam arrecadar com *royalties* como eles querem. Talvez não na proporção que eles têm, mas obviamente São Paulo e Rio de Janeiro têm atraído a população brasileira, em especial do nordeste, para aqueles estados. E será que essa concentração e a não divisão, a não distribuição dessa renda para o nordeste brasileiro não vai concentrar ainda mais essa população lá?

Eu fazia um comparativo, neste momento, falando sobre essa concentração das forças políticas e até de comunicação, na época de Juscelino, que eram contra a mudança da capital da República. Hoje, observamos que muita gente achou que Juscelino tinha um sonho louco: trazer a capital da República para uma região tão inóspita, tão abandonada! Até tivemos campanhas em jornais, hoje grandes potências de comunicação, como *O Globo*, que todos sabem aqui, foi contra a capital da República aqui no Distrito Federal. Observamos hoje claramente, vamos dizer assim, a imparcialidade de alguns veículos na busca de preservar os direitos dos Estados produtores de petróleo.

Na verdade, se nós analisarmos – isso foi muito bem dito por um colega hoje –, aquilo que se está discutindo hoje com relação ao pré-sal não está dentro da área territorial de um estado, mas, sim, aquilo que está sendo capitalizado hoje através



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11 |

do pré-sal para o futuro da Nação brasileira, aquilo que pode ser buscado efetivamente, está nos limites dos oceanos e dos mares da nossa Nação. Não pertence a um Estado, pertence à Nação brasileira, tem que ser dividido com todos. Defendo obviamente que tenham um tratamento diferenciado, mas não da forma como está sendo colocado neste momento.

É justo que se dividam as riquezas do nosso País. Nós sempre falamos e repetimos: é necessário fazer uma divisão dessa riqueza, socializar aquilo que o País tem. Mas quando partimos para a discussão, os estados mais beneficiados pela cultura, pelos meios de comunicação, pela intelectualidade, sempre saem beneficiados. Sempre saem beneficiados, essa que é a grande realidade! Essa que é a grande realidade!

Quando se discute a violência, aí posam de vítimas: “Ah, nós temos grandes favelas. Ah, nós temos muita pobreza. Ah, precisamos ter uma melhor divisão para que tivéssemos mais segurança.” A verdadeira segurança deste País vai ser a distribuição de renda, e distribuir renda não é concentrar a riqueza do País. Efetivamente, acho que se tem que analisar com muito cuidado. Brasília é o exemplo claro daquilo que foi feito de forma, vamos dizer assim, bastante social. No momento em que se mudou a capital da República, sem dúvida nenhuma, nós mudamos o rumo deste País.

Eu tenho consciência de que o pré-sal vai trazer uma mudança para a economia do nosso País. E se essa riqueza não for socializada de forma correta, vamos pagar muito caro no futuro. Fica aqui essa observação.

Com relação às palavras do Deputado Milton Barbosa, eu aqui insisto. Desde o início, Deputado, se V.Exa. me permite, quando eu assumi meu mandato aqui pela primeira vez, tive a oportunidade de ser funcionário desta Casa – fui o décimo terceiro, décimo quinto funcionário nomeado aqui – e conheci, então, uma pessoa pela qual me interessei. Dois anos depois de estar trabalhando aqui, casei com ela. Dois anos depois, fui eleito Deputado, e ela continuava trabalhando aqui. Um veículo de comunicação da cidade publicou que ela era minha chefe de gabinete, mas nunca foi. Como passei a morar com essa pessoa, não tinha casado oficialmente, na veiculação da notícia publicaram que o nome dela tinha Neto no final, e o meu nome tem Neto no final. Mas meu nome tem Neto no final em homenagem ao meu avô. Não é meu sobrenome de família, na verdade. Mas acrescentaram, e nem casado eu era ainda com a pessoa. Eu pedi retificação, Deputado, pois me acusaram de fisiologismo. A matéria ocupou capa de jornal, mas a retificação foi publicada na correspondência do seu redator, não dava duas linhas, Deputado! Não dava duas linhas!

Eu tive a oportunidade de observar que, quando saíram as notícias daqui, o meu nome e a minha fotografia também foram veiculados com os nomes e fotografias dos Deputados que supostamente são citados, porque não são culpados



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12 |

ainda, até a sentença transitada em julgado, como foi o caso do Deputado Benício Tavares. Publicaram a minha foto, é verdade! Eu pedi retratação. Deputado Milton Barbosa, todas as vezes que falam mal da Câmara, colocam a minha fotografia. Quem acompanha essa TV local sabe do que estou falando. Todas as vezes que fazem alguma crítica à Câmara, veiculam a minha imagem. Não tenho receio disso, tenho tranquilidade. Se tivesse receio, não tinha ido lá reclamar. Se eu tivesse receio disso, tivesse medo da mídia, eu não era Deputado. Estou disposto a encarar qualquer coisa.

A minha profissão, historicamente; a minha vida, historicamente, sempre foi de encarar desafios. Eu não tenho medo de nada, e quero deixar isso bem claro! Quando estou errado, eu reconheço; mas quando estou certo, e com a verdade, eu vou a qualquer lugar e encaro qualquer um. Não tenho medo de nenhum meio de veiculação desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Concederei a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, esclarecendo que S.Exa. falará no período destinado aos Comunicados de Parlamentares, uma vez que o Deputado Paulo Roriz já falou como Líder do DEM.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, imprensa aqui presente, quero voltar ao tema que foi aqui abordado pelo Deputado Paulo Tadeu, pelo Deputado Milton Barbosa: eleições indiretas para Governador do Distrito Federal.

Acho que todos nós hoje, nesta Casa, estamos empenhados em preparar um projeto de lei em que os critérios de elegibilidade e o *modus operandi* dessa eleição possam ser conduzidos sem o menor questionamento. Da mesma maneira, ontem aqui neste Plenário, ficou decidido que na próxima quinta-feira nós realizaremos uma comissão geral, ou seja, abriremos o espaço da Câmara Legislativa para toda a sociedade, convidando o TRE, convidando a OAB, as entidades de classe. Quem quiser, poderá dar sua contribuição para este projeto de lei. Inclusive, antes mesmo desse debate, a Câmara Legislativa, através da Mesa Diretora, está disposta a ir ao TRE buscar uma orientação, para que essa seja uma eleição indireta, mas revestida da maior transparência.

Penso que, formalizados todos os prazos, transitada em julgado a decisão do TRE que cassou o mandato do Governador Arruda, talvez tenhamos que antecipar essa discussão, independentemente da votação, do prazo final da Lei Orgânica. Isso



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13 |

não causa nenhum transtorno porque a nossa Lei Orgânica é uma lei menor, está subordinada à Constituição, e a Constituição já prevê eleição indireta.

Então, é importante que nós aceleremos as nossas opiniões, que nós coloquemos as nossas opiniões no papel, que nós façamos as discussões e que nós possamos chegar, com muita consciência do momento delicado em que vivemos, a um entendimento. É importante passar para toda a sociedade que esta Câmara Legislativa, como sempre fez, agiu com muita responsabilidade.

É isso, Sr. Presidente. Temos esse encargo, daremos conta dele. Penso, como o Deputado Milton Barbosa, que devemos encontrar um nome suprapartidário, mas não aceitamos que seja alijado do processo qualquer Parlamentar que, porventura, venha se candidatar.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo, de fato, um momento desagradável para toda a sociedade, principalmente para esta Casa. Eu, quando faço uma avaliação dessa delação premiada – posso estar errado, esse é meu juízo, meu ponto de vista –, considero que ela é tendenciosa e parcial.

Por que falo assim, Sr. Presidente? Porque em 2006, o Partido Progressista fez coligação com o Partido Social Cristão – PSC, na chapa proporcional. Tivemos nos dois partidos inscritos, entre candidatos a deputados federais e distritais, cerca de 62 pessoas. Também fizemos nossa coligação denominada Fé e Progresso, para apoiar a candidatura majoritária do então PFL, na pessoa do Governador Arruda e do Paulo Octávio.

Ora, Sr. Presidente, foi uma questão institucional. Eu sou Presidente do PP desde a fundação do partido. Eu me inscrevi politicamente num partido político em 1980 quando veio a abertura, quando terminou a ARENA e o MDB e foram fundados o PDS e o PMDB. Naquele ano me filiei a um partido político. Trabalhamos muito pela representação política no Distrito Federal, inclusive fui designado pela Associação Comercial do Distrito Federal, por meio do então nosso amigo Presidente Lindberg Cury, um dos vice-presidentes daquela casa, presidente da Comissão Pró-Representação Política do Distrito Federal. Visitamos gabinete por gabinete da Câmara e do Senado, colhendo assinaturas para que a emenda fosse aprovada e Brasília pudesse em 1986 eleger a sua primeira bancada de 3 Senadores e 8 Deputados Federais.

Participando ativamente da vida pública, apoiamos o ex-presidente Collor em 1989. Em 1990, tivemos a legenda pelo então PTR, partido que presidia, com o ex-



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14 |

governador Joaquim Roriz. Fui eleito pelo PTR para Deputado Federal. Em 1994, trabalhamos na eleição do Valmir Campelo Bezerra, coligados. Obtivemos mais uma vitória para a Câmara Federal. Em 1998, fui eleito Vice-Governador juntamente com o ex-governador Joaquim Roriz. Em 2002, eu saí candidato ao Governo. Enfrentamos uma batalha muito dura, árdua, mas enfrentamos. E com a nossa participação, ficamos em terceiro lugar, conseguimos que a eleição fosse para o segundo turno. No segundo turno, fiz coligação com o PT, apoiando o candidato Geraldo Magela.

Olha, Srs. Deputados, eu era uma pessoa não grata nesse período de 2002 a 2006 dentro do Governo do Distrito Federal. Eu não tinha acesso aos órgãos, a não ser por extrema necessidade, e também não frequentava os órgãos do Distrito Federal. Eu não poderia ir naquele ano de 2006 ao Presidente da CODEPLAN solicitar apoio de caráter pessoal ou institucional. O apoio que foi oferecido, como é normal, seria dado pelo PFL, com o material básico de campanha, para todos os candidatos dos dois partidos coligados.

No entanto, vejo que o PSC ficou de fora. Éramos um partido só. Fazíamos parte de uma mesma coligação. Hoje, quando vêm as acusações, vêm as remessas pesadas, vêm em cima do Presidente do PP e esquecem o PSC. Não sei qual a conveniência que existe. O PSC sempre foi poupado pela mídia e pela delação, não acusando, sendo que tudo que o PP recebeu de apoio, o PSC também recebeu. Faço isso para demonstrar que há uma tendência pontual de atingir pessoas que se deseja sejam atingidas.

Mas estou tranquilo. Tenho sofrido, amargamente, humilhações, apesar de tantos anos de luta, 52 anos de Brasília. Na minha idade – tenho 75 anos –, com a família criada, radicado em Taguatinga, onde sempre exerci minhas atividades, hoje minha esposa e meus filhos sentem-se envergonhados, porque, pela mídia, eu virei réu, virei assassino, virei assaltante, virei bandido. O meu nome foi simplesmente citado por uma pessoa que não tem, até o momento, nenhuma prova de que eu cometi qualquer ato delituoso.

Estou tranquilo e evito dar entrevistas. Quero aguardar o momento em que eu possa chegar na frente do delegado ou do juiz para ver o que há contra mim e fazer as minhas defesas. Não devo, mas ficamos preocupados como a tendência está caracterizada, carimbada e demonstrada. Se era fé e progresso uma coligação de dois partidos, por que um sofre e o outro não? Será que é porque está na mão de outras pessoas, e a pessoa que delatou não tem interesse de atingir? Faço essa pergunta, e as pessoas poderão responder silenciosamente o que estou colocando.

Estou tranquilo. Durmo tranquilo. Temos que estar com a consciência livre para duas coisas: para Deus e para a nossa própria consciência. E eu estou em paz com Deus e com a minha consciência, aguardando o desfecho para, depois, sim, procurar a imprensa e mostrar a prova de que nada do que foi levantado contra a minha pessoa foi provado. A coligação foi feita institucionalmente, partido com



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15 |

partido. Não fiz coligação pessoal; não busquei apoio de caráter pessoal para ninguém, apenas em caráter institucional.

Obtivemos a vitória para o Governador Arruda, ele governou e, infelizmente, o que está acontecendo tem causado grandes preocupações, pela pressa, pelo açoitamento. Como a justiça está rápida agora! Como as coisas acontecem tão rapidamente! Os prazos são cumpridos hoje contando-se os segundos, não os dias! E hoje vemos um Governador, um homem que já exerceu um grande trabalho, uma das melhores administrações que Brasília estava experimentando, pela disciplina nas coisas da cidade e, acima de tudo, pelas obras em execução.

Mas a vida é assim mesmo, vamos marchar! A luta continua! Vamos marchando, esperando que, se porventura tivermos que escolher, não sejamos carimbados como bandidos que não podem votar. Por quê? Qual a condenação que existe? Onde está o crime que praticamos? Onde ferimos a nossa Constituição, a nossa Lei Orgânica? Temos uma pecha, porque a imprensa colocou e tem colocado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, aguardando que os acontecimentos futuros possam vir.

Há um versículo bíblico que diz: “O choro pode durar a noite toda, mas a alegria vem ao romper da manhã”. E eu espero, amanhã, o dia da alegria romper brevemente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Benedito Domingos, muito obrigado.

Passarei a palavra, nos Comunicado de Parlamentares, à Deputada Erika Kokay, mas antes eu queria fazer um apelo aos Srs. Parlamentares que estão em seus gabinetes ou na sala do cafezinho, a fim de que venham para o plenário, porque precisamos votar dois projetos importantíssimos. Um deles, relativo a um empréstimo do Governo com o BNDES, votamos ontem em primeiro turno. O outro, que também se refere a empréstimo com o BNDES, devemos votar pelo menos em primeiro turno. É fundamental que os votemos. A Dra. Vanderli diz que não há acordo, mas devemos votar, pelo menos, o primeiro item.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que esta Casa começou, efetivamente, a investigar o crime de responsabilidade, a ação ou a dar prosseguimento à ação de crime de responsabilidade contra o Governador do Distrito Federal, depois de 2 fatos que aconteceram simultaneamente: a solicitação de intervenção federal e a prisão do Governador José Roberto Arruda. Foram 2 fatos que marcaram uma mudança de postura, a meu ver, desta Casa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16 |

Obviamente, hoje não podemos dizer que a Câmara Legislativa está negligenciando a função que lhe cabe. A Casa tem o poder para efetivá-la, mas, acima disso, tem o dever de efetivá-la. É importante, portanto, para que possamos afastar, definitivamente, qualquer tipo de ameaça acerca de uma intervenção federal no governo local ou no Distrito Federal, continuarmos nesse ritmo de investigação. A CPI, quase sepultada viva, voltou a funcionar. Os processos contra o Governador começaram a andar. É preciso que não paire qualquer dúvida, à sociedade e a todos os órgãos de controle, sobre a disposição da Câmara Legislativa de investigar todas – e aí, digo e grifo –, todas as denúncias que pululam do que se convencionou chamar Caixa de Pandora, para que possamos dizer, realmente, que esta Casa tem toda a autoridade para desfazer qualquer tipo de ameaça que possa pairar sobre o Distrito Federal, no que diz respeito a uma intervenção.

Digo isso porque lutei pela autonomia política do Distrito Federal. Saí às ruas no final da década de 80 para que pudéssemos ter uma representação política no Distrito Federal, mas, muitas vezes, critiquei ao ver que essa autonomia pela qual lutamos tanto realmente não havia se efetivado. Muitas vezes, critiquei a falta de independência do Poder Legislativo, até porque, se não há independência do Poder Legislativo, também não há estado de direito aqui, no Distrito Federal.

Hoje, estamos em um compasso diferenciado. É preciso que ele se mantenha, para que possamos, inclusive, uma vez havendo uma sentença de cassação ou, a partir da ação desta própria Casa no *impeachment*, obter uma sentença de cassação que não possa ser reformada, uma vez que tenhamos realmente a vacância do Governo do Distrito Federal, porque a sentença pode ainda ser reformada através de recursos. É preciso que continuemos no processo de tramitação tanto da licença, para que o Governador possa ser processado – se não me falha a memória, o prazo se extingue no próximo dia 1º –, quanto da própria ação ou do próprio processo de *impeachment*. Uma vez havendo realmente a vacância, não resta dúvida de que, se esta Casa continuar cumprindo a sua função precípua e continuar honrando a luta de cada uma e cada um de nós pela autonomia política, nós devemos eleger um governador que irá governar até o fim deste ano de forma indireta.

Obviamente que qualquer pessoa, desde que filiada a um partido há mais de um ano e com domicílio eleitoral em Brasília há pelo menos 5 anos, tem o direito de concorrer a estas eleições. O que nós não podemos admitir é que vivamos um processo insinuado hoje, em uma matéria de um jornal desta cidade, que estava acontecendo sob o manto, o manto do patrimonialismo, uma disputa e uma barganha por cargos no Governo do Distrito Federal, que havia já um movimento subterrâneo para que se pudesse estar construindo uma candidatura sem discussão de critérios claros e sem a transparência que o momento e que a nossa função enquanto parlamentar exige. Lia hoje nos jornais uma negociação, a insatisfação de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17 |

deputados porque eles não estariam sendo atendidos na parte que lhes cabe neste latifúndio, ou seja, numa visão essencialmente e cruelmente patrimonialista.

Não podemos admitir que estejamos vivendo uma capitania hereditária pós-moderna ou que tenhamos a presença de capitães do mato pós-modernos, ou seja, que não tenhamos a transparência necessária neste processo de eleição indireta, se porventura ele ocorra. Creio que ele irá ocorrer porque – se não pelo TSE ou pela Justiça Eleitoral, mas pela Câmara Legislativa – nós teremos a vacância do cargo de governador. Se o governador guardasse qualquer tipo de respeito a esta cidade, à sua governabilidade, se guardasse qualquer tipo de compromisso – o que a Caixa de Pandora anunciou em alto e bom som que ele não guarda –, já teria renunciado ao mandato de governador, para que esta Casa pudesse fazer os procedimentos necessários e para que não pudéssemos estar a toda hora tendo que escutar as solicitações de intervenção. A meu ver, só caberia uma intervenção federal se Brasília, com as suas instituições, se sentisse impossibilitada ou incapacitada de proceder ao saneamento necessário.

Por fim, Sr. Presidente, acho que muita coisa há que ser revista. Eu disse recentemente, desta tribuna, que nós tivemos 123 milhões de recursos já empenhados para a Real Sociedade Espanhola dirigir o Hospital de Santa Maria, que não oferece nem 15% dos serviços que ele tem potencialidade para fazê-lo à população do Distrito Federal. Nem 15% do hospital estão funcionando, atendendo a população de Santa Maria, Deputado Paulo Roriz, que é daquela região. E esta instituição, Real Sociedade Espanhola, contratada sem licitação, esta instituição recebeu a título de empenho R\$ 123 milhões. E me surpreende porque ela foi contratada enquanto Organização Social, embora a Secretaria de Planejamento tenha dito que ela não preenche os requisitos para tanto. Mesmo assim, foi contratada como Organização Social. Lembro que nós votamos contrariamente à lei que possibilitava a contratação através de organizações sociais aqui no Distrito Federal, nós do PT.

Naquele artigo, naquela lei, havia a previsão de que a contratação se daria através de licitação da Organização Social. Numa segunda versão da mesma lei, nós, no mesmo projeto, tivemos a retirada daquele artigo com o compromisso do Governo de que, através de decreto, que regulamentaria a própria lei, seria assegurada a imprescindibilidade da licitação. Isso realmente foi feito. No Decreto de 5 de março de 2009, no se artigo 1º, está escrito: as contratações de obras, serviços e compras das organizações sociais serão necessariamente precedidas de licitação, obedecidas as disposições deste regulamento. Através de decreto, que não foi seguido no caso da Real Sociedade Espanhola, não foi seguido em outros casos na Secretaria de Saúde, mas se assegurava que haveria licitações.

Qual não é a minha surpresa, Deputado Milton Barbosa? Seguramente, o Governador em exercício tem que ter uma resposta para tanto, e deve ter uma justificativa a qual não consigo antever pelo que leio. Nós tivemos um decreto,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18 |

publicado ontem, assinado pelo Governador em exercício, Sr. Wilson Ferreira de Lima, que flexibiliza a necessidade de licitação para a contratação de organizações sociais. Diz que só há a necessidade e o caráter imprescindível da existência da licitação para a contratação de organizações sociais com recursos próprios do Tesouro do Distrito Federal.

Nós sabemos qual o impacto dos recursos federais no orçamento do Distrito Federal. Nós sabemos das investigações que a CGU tem feito e, segundo informações da imprensa, já divulgaria seu primeiro relatório esta semana. E vai divulgar uma verdadeira varredura que foi feita com os recursos federais no Distrito Federal, inclusive na área da Saúde, que foi objeto de representação nossa há muito tempo.

Nós sabemos qual o impacto dos recursos federais. Sabemos que são recursos de transferências federais que ficaram paralisados. Eu não diria necessariamente paralisados, mas em uma conta no BRB, onde foram depositados R\$ 375 milhões em novembro de 2008, e em março de 2009, tínhamos R\$ 248 milhões, transferidos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo local, que estavam sendo aplicados. Sabemos por uma auditoria feita pelo DENASUS, os rendimentos desses recursos não foram localizados.

Pensem: foi localizado o principal. O prejuízo nós estamos vendo, porque essa epidemia de dengue, que há muito tempo o Distrito Federal, ou nunca o Distrito Federal teve que vivenciar quase dois mil casos de dengue, e o medo da dengue como estamos vivenciando é originado também por esse tipo de endemia que acometeu o Distrito Federal, porque parte dos recursos que deveriam ser utilizados na Saúde era para a Vigilância Sanitária. E ficou em uma conta no BRB parte substancial desses recursos, que geraram um rendimento que sumiu. Sumiu o rendimento! Das investigações, ou não foram localizados, melhor dizendo, pela auditoria do DENASUS. Portanto, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que deve ter alguma explicação, deve ter alguma explicação.

Havia previsão em lei para que houvesse a licitação. Foi retirada com o compromisso de que isso estaria num decreto. Este projeto, eu falo muito à vontade, porque votamos contra ele, contra a terceirização através de organizações sociais. Foi feito um decreto assegurando a licitação, e exatamente ontem, com o Governo interino, com ameaça de intervenção, se estabelece que a licitação só é necessária para a contratação com os recursos do Tesouro do DF. Deve ter uma explicação, espero que ela seja plausível e possa ser dita.

(Intervenção fora do microfone.)

Eu concedo um aparte a V.Exa., embora não exista esse instrumento nos Comunicados de Parlamentares, mas não há nenhum problema.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19 |

Mas não existe nada que, em princípio, possa justificar essa flexibilização neste exato momento, Deputado Paulo Roriz, Deputado Milton Barbosa, que estamos vivenciando no Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay tocou no assunto da Sociedade Espanhola.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Paulo Roriz, interrompendo a fala de V.Exa., eu gostaria de chamar ao plenário os Srs. Deputados que estão no cafezinho para que possamos iniciar a votação do projeto de lei que votamos em primeiro turno ontem.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay tocou no assunto sobre o Hospital de Santa Maria. Realmente, é uma preocupação não só minha, como de toda a população que reside naquela cidade.

No início, quando a Real Sociedade Espanhola gerenciou o Hospital de Santa Maria, tivemos várias reuniões com a comunidade e achávamos que seria a melhor solução. Hoje, porém, o que se vê e o que se sente em Santa Maria é uma preocupação muito grande. Eu não quero entrar no mérito do decreto do Governador do Wilson Lima, se é certo ou errado. Agora, que a população de Santa Maria não está satisfeita com o que está acontecendo hoje dentro daquela unidade hospitalar, isso eu posso garantir, Sr. Presidente, que é verdadeiro. Eu não sei se é porque estamos atendendo uma quantidade muito grande de pacientes que vem do Entorno, justamente por causa da proximidade, principalmente do Novo Gama, do Céu Azul, do Lago Azul e daquelas regiões mais próximas. A maioria dos pacientes que estão sendo atendidos naquela unidade hospitalar são oriundos das cidades do Entorno.

Então, Sr. Presidente, é uma preocupação que esta Casa tem que ter e levar ao conhecimento do Governador Wilson Lima: que a maioria dos atendimentos naquele hospital está sendo feita a moradores das cidades do Entorno, não que eles não podem merecer o atendimento, mas o hospital foi feito para serem atendidos moradores do Distrito Federal.

Então, Deputada Erika Kokay, são essas as minhas colocações. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Paulo Roriz.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 20 |

Alguma solução há de ter, Deputada Erika Kokay e Deputado Paulo Roriz. Vamos trazer aqui o secretário de saúde e o chefe dessa Real Sociedade Espanhola. O que não pode é continuar como está. Se ficarmos no discurso de quem será... Vamos trazê-los aqui, é função nossa! Se V.Exa., Deputada Erika Kokay, fizer o requerimento, eu assino na hora, e tenho certeza de que outros colegas assinarão, porque não é nenhum demérito secretário ser convocado. Se não quiser ser convocado, que venha espontaneamente, marque data, hora e local para ser ouvido. O que não pode é continuar assim.

Brasília está nas manchetes também por ser a unidade da Federação, parece-me, onde há o maior número de casos de dengue. O que é isso? É preciso que alguém tome providências. Eu ontem ouvi o Deputado Reguffe falando aqui que faltou tramal e outros medicamentos, mas não é só isso que falta: falta gestão também, principalmente gestão. Não tem! É isto que está faltando: dizermos e encararmos o problema de frente.

Reitero aos Srs. Parlamentares que compareçam ao plenário a fim de completar o número exigido para votarmos o Projeto de Lei nº 1.528.

Solicito ao Deputado Paulo Roriz que proceda à leitura do Requerimento de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido:



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 21 |



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

1000
CIDO
Em 18 / 03 / 10
Assessoria de Plenário

RQ 1998 /2010

REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa e outros)

Requer a transformação da Sessão Plenária do próximo dia 25 de março em Comissão Geral para debater sobre a elaboração de lei ordinária para regulamentação da eleição indireta para Governador no Distrito Federal.

Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos nos termos do art. 125 do Regimento Interno desta Casa, a transformação da Sessão Plenária do próximo dia 25 de março em Comissão Geral para debater sobre a elaboração de lei ordinária para regulamentação da eleição indireta para Governador no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, dada a singularidade política por que passa a Capital da República, envida esforços para alterar sua Lei Orgânica e, assim, contemplar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, em relação a eleição indireta para governador no Distrito Federal.

Concluída, porém, a alteração da Lei Orgânica precisa a Casa debruçar sobre a elaboração de uma lei ordinária que regulamente a eleição indireta, pois, conforme também decidido pelo Supremo Tribunal Federal, cabe às unidades da federação regulamentar essa eleição indireta, posto que não se trata de matéria eleitoral, mas de matéria que se insere no bojo da autonomia político-administrativa.

A competência para definir as regras da eleição indireta para governador é do Poder Legislativo. No caso do Distrito Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Não há, porém, uma lei federal que trate da eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República, que possa servir de modelo para as unidades da federação.



Dep. Milton Brandão A
(PCRB)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22 |

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



| | | | |
|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23 |



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

| DEPUTADO (A) | PRESENTE | AUSENTE | LICEN. |
|--------------------------------|-----------|-----------|--------|
| AGUINALDO DE JESUS - PRB | X | | |
| ALÍRIO NETO - PPS | X | | |
| AYLTON GOMES - PR | | X | |
| BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP | | X | |
| BENEDITO DOMINGOS – PP | X | | |
| BENÍCIO TAVARES – PMDB | | X | |
| CABO PATRÍCIO – PT | | X | |
| CHICO LEITE – PT | | X | |
| CRISTIANO ARAÚJO – PTB | X | | |
| DOUTOR CHARLES – PTB | | X | |
| ELIANA PEDROSA - DEM | X | | |
| ÉRIKA KOKAY – PT | X | | |
| EURIDES BRITO – PMDB | X | | |
| JAQUELINE RORIZ – PMN | | X | |
| MILTON BARBOSA – PSDB | X | | |
| PEDRO DO OVO – PRP | | X | |
| PAULO RORIZ – DEM | X | | |
| PAULO TADEU – PT | X | | |
| RAAD MASSOUH - DEM | X | | |
| RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB | | X | |
| REGUFFE – PDT | X | | |
| ROGÉRIO ULYSSES | | X | |
| RÔNEY NEMER - PMDB | X | | |
| TOTAL | 13 | 10 | |

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24 |

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dá-se início à:

ORDEM DO DIA

Há vetos obstruindo a pauta. Consulto os Líderes se há alguma objeção em superá-los. (Pausa.)

Votaremos o Item nº 9, aquele projeto de lei que votamos ontem em primeiro turno.

Há concordância dos Líderes na superação dos vetos.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.528, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 4.338, de 18 de junho de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF/BNDES, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.528, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 4.338, de 18 de junho de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF/BNDES, e dá outras providências”.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 18 03 2010 | 15h45min | 18ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25 |

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

A Deputada Eliana Pedrosa solicita que se coloque em votação o Requerimento nº 1.998, de 2010, que "requer a transformação da Sessão Plenária do próximo dia 25 de março em Comissão Geral para debater sobre a elaboração de lei ordinária para regulamentação da eleição indireta para Governador do Distrito Federal".

Incluo na Ordem do Dia o Requerimento.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.998, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros, que "requer a transformação da sessão plenária do próximo dia 25 de março em Comissão Geral para debater sobre a elaboração de lei ordinária para regulamentação da eleição indireta para Governador do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Consulto os Líderes se há acordo para a votação de demais projetos que se encontram na Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo acordo dos Líderes para votação de demais matérias e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 16h59min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 55-Suplemento, de 26/03/2010.